



A

Frederico Neiburg: Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ, Pesquisador do CNPq e “Cientista do Nosso Estado”, Faperj.

MNA-805: Antropologia das sociedades complexas: Sobre as políticas da vida: crise, carestia e fome: E-mail: **Federico Neiburg** federico.neiburg@gmail.com

reinaldopotiguara@gmail.com

REINALDO DE JESUS CUNHA

DRE:122023596

PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO

[...] “A vontade de comer e saciar a fome, deixou de ser uma vontade de satisfazer o estomago, ou mesmo comer algo para repor energia. A fome para muitos é uma abstração, para outros necessidade de existir, superar, mover-se, trabalhar, ter boa saúde. Se ontem, os estudos da Antropologia Social, preocupou-se em distinguir uma determinada sociedade primitiva, como nos referenciou Malinowski. Hoje dada a fome no mundo, devida a escassez de alimentos; em parte: decorrentes de guerras, crise climáticas, terremotos, furacões, catástrofes naturais, deslocamentos forçados, inundações, e/ou mesmo: políticas públicas que assegurem os mínimos existências. Passou a ter uma relevância para o estudo da Antropologia Social, em especial, “o estudo para o sustento e manutenção de uma família”. Sidney W. Mintz

Dedico este trabalho (in memoriam)

Pedro Oliveira: Personalidade de muito respeito e Liderança incontestada, fundador da Aldeia Mata Verde Bonita; Que segundo suas palavras a respeito da autonomia e segurança alimentar, nas palavras de Darcy Tupã, salientou: “Quero que vocês plantem frutas, legumes, ervas medicinais, para que em momentos de crise, possamos ter autossuficiência alimentar para todos da aldeia”. **Miguel Karai Benite** (121) que no lançamento de Consulta Prévia: **Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirin – Guarani Mbay**, resumiu tudo a respeito de Juruá: "O povo guarani respeita Juruá, mas o mesmo não ocorre com os Guaranis, porque Juruá não respeita nada." **Domingos Venite** (68) Cacique da Aldeia Sapukai Município de Angra dos Reis, que na reunião realizada na Aldeia Araponga, reunião do CEDID, (31/05/19, tecendo comentários a respeito da sua participação comunitária relatou: “Quero me desculpar por não estar tão ativo em participação, pois o trabalho vem me consumido, mas agora quero estar mais com vocês. Antigamente agente andava pela mata para chegar a um destino, acendia uma fogueira, pois não tinha cerca. Hoje se a gente andar por ai podemos nos deparar com o Juruá e gerar um problema, pois, está tudo cercado. Mas ainda assim, apesar das diferenças políticas e culturais. Tem brancos que ainda se preocupa com os guaranis. Cada povo indígena tem seu modo de ser, mas o pai é um só Nhanderú”.

Tekoa Ka' Aguy Ovy Porã', Mata Verde Bonita

Batismo & plantio de alimento ancestral

RESUMO

O presente trabalho etnográfico de pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ/MN: “Tekoa Ka' Aguy Ovy Porã, Mata Verde Bonita” & Batismo e Plantio de Alimento Ancestral; tem o objetivo da apresentação de trabalho final para a conclusão da disciplina: MNA-805: Antropologia das sociedades complexas, proferida por douto professor: **Frederico Neiburg**, realizadas as terças na modalidade virtual, no segundo semestre de 2022. A Ementa assim descreve os objetivos: [...] “Este seminário se situa na fronteira entre a antropologia da vida, da economia, da moralidade, da casa, da família e da comensalidade, das políticas públicas, das formas de governo, das crises e da produção de desigualdades. O curso se articula com projetos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NuCEC) no complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, na região de Bel Air, em Port-au-Prince, capital do Haiti e, em perspectiva comparada, a traves de uma rede de pesquisadores situados em outras regiões do Brasil, África do Sul, China, Espanha, Índia, República Democrática do Congo e Estados Unidos. Membros dessas equipes e redes poderão participar em algumas sessões, além de incorporar na bibliografia resultados das suas pesquisas”. Com o aprendizado dos corpus teóricos, pretendemos com os estudos e bibliografias disponibilizados em aula, fundamentar os corpus teóricos da pesquisa de campo, na aldeia Mata Verde, e a partir de vivências, entrevistar, trazer contribuições dos guaranis de Maricá, sobre a importância do plantio de alimentos saudáveis; a superação da fome mediante políticas públicas de segurança alimentar com o Mumbuca; a realização da Cerimônia do Nhemongaraí alimento espiritual realizados na Casa de Reza; em que se comemora a plantação do Milho. E a partir daí, analisar as possíveis saídas, das demandas e soluções que foram discutidas pela Comissão Guarani Yvyrupa, para o bem viver na ‘Tekoa Ka' Aguy Ovy Porã’.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho “Tekoa Ka’ Aguy Ovy Porã’, Mata Verde Bonita & Batismo e Plantio de Alimento Ancestral”, foi escolhido após diálogo com o Douto professor Frederico Neiburg, como requisito para a apresentação final da disciplina: MNA-805 - Antropologia das sociedades complexas; Sobre as políticas da vida: crise, carestia e fome. Neste sentido optei a memorial das minhas participação em reuniões, solenidades na “Tekoa Ka’ Aguy Ovy Porã, Maricá, que em guarani pronuncia: Mata Verde Bonita. O tema pensado para este trabalho, abrange a temática da antropologia dos alimentos: o que as pessoas comem: ai incluindo a política da Segurança Alimentar, em particular na aldeia guarani. Para aprofundar a pesquisa, comecei por retrospecto de minha participação em reuniões, visita in loco a comunidade como conselheiro do Cedind, participação em eventos organizado na aldeias, entrevistas disponibilizadas pela imprensa em vídeos, reportagens, e outras mídias sócias; a participação de batismo e discussão sobre os caminhos seguir discutidas pela comissão Yvyrupa, que analiso na presente. Embora estejamos no Município de Maricá, município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A existência de duas aldeias guaranis, impacta os olhos do estudo dos antropólogos e etnólogos da nossa cidade. Uma vez que os fatos estão invisíveis aos olhos nus, devida a falta de informação. Mas o fato de estar ali próximo de nós em Maricá, não tem desculpa para não ir lá, nem que seja por turismo. Como estudante de antropologia social, etnia potiguara, batizado guarani, e participando das atividades in loco na aldeia como membro conselheiro do CEDIND – Conselho Estadual de Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro; não seria demais oportuno a apresentação deste trabalho dentro de um campo de pesquisa da antropologia das sociedades complexas. Com relação a isto, o professor Frederico Neiburg, sobre sociedades complexas, resumiu dizendo que o estudo da Antropologia das Sociedades Complexas não é nada novo, ao contrário, já é feita a bastante tempo. E que preferiu nesse segundo semestre de 22, falar aos alunos em formato de seminário do curso de outras questões: como inflação, o custo de vida e a fome. Neiburg, compreende que o tema sociedade complexa nos faz crer, que existe sociedades que não são complexas, quando na verdade ela é uma categoria do estudo da antropologia.

“... O estudo das sociedades passaram a desaparecer para o estudo da sociedade de mercado. Muitos antropólogos do século XX, compreenderam que as sociedades estavam mais conectadas, já não havia mais aquele distanciamento para a distinção de maior ou menor complexidade, as formas de organização de habitar o mundo. De qualquer forma a forma do estudo do objeto das sociedades primitivas depois da guerra dos anos cinquenta, a antropologia passou a se preocupar mais com os seres humanos. Diferente de outras épocas sobre a África, Amazônia, sociedades isoladas, sociedades contemporâneas em passado remoto; hoje é diferente o estudo da antropologia daqueles que as observavam. O que está em jogo no estudo das sociedades complexas, que hábitos, territórios, paisagens sócias que já se encontravam ai” ...

Para Clifford Geertz, (1983), *Novos Ensaio de Antropologia Interpretativa*. Com relação ao ponto de vista dos nativos e da natureza do entendimento antropológico. O mesmo vai dizer, que o antropólogo aborda caracteristicamente tais interpretações mais amplas e análises mais abstratas a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos. Ele confronta as mesmas grande realidades que os outros pesquisadores, historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos e enfrentam em conjunturas mais decisivas: “Poder, Mudança, Fé, Opressão, Trabalho, Paixão, Autoridade, Beleza, Violência, Amor, Prestígio”. Analisando o estudo das aldeias, poderá:

[...] “Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias. Você pode estudar diferentes coisas em diferentes locais, e algumas coisas — por exemplo, o que a dominação colonial faz às estruturas estabelecidas de expectativa moral — podem ser mais bem estudadas em localidades isoladas. Isso não faz do lugar o que você está estudando. [...] “A noção de “laboratório natural” tem sido igualmente perniciosa, não apenas porque a analogia é falsa — que espécie de laboratório é esse onde nenhum dos parâmetros é manipulável? —, mas porque ela leva à noção de que os dados obtidos com os estudos etnográficos são mais puros, ou mais fundamentais, ou mais sólidos, ou menos condicionados (a palavra favorita é “elementar”) do que aqueles conseguidos através de outras espécies de pesquisa social. [...] “Somente pequenos vôos de raciocínio tendem a ser efetivos em antropologia; vôos mais longos tendem a se perder em sonhos lógicos, em embrutecimentos acadêmicos com simetria forma”.

Para o povo guarani Mbya, a Opy, Casa de Reza é onde são realizados os festejos, a cura dos males com recebimento do alimento espiritual. Através de cânticos, rezas e fumaça do cachimbo sagrado. A pajé (o) recebe as mensagens de cura para os integrantes da aldeia, através do sopro divino de Nhaderu Ete. Segundo Brighenti: “Os elementos indispensáveis ao tekoa são uma região de mata preservada (necessária à caça, coleta e perambulação), uma área cultivável para as plantações; e, por fim, o espaço social da aldeia, onde ficam as casas de moradia e de reza (opy)”. Daí a busca constante pela Terra Sem Males, onde possam criar seus filhos com comida em abundância, por isso migram constantemente para outro lugar, e depois retornando ao local de Origem. Para ¹Hélène Clastres: A Terra Sem Mal, é antes de tudo um lugar de abundância: o milho cresce sozinho e as flechas vão também sozinhas à caça. Uma Terra livre, sem proscricões. É a contra-ordem, a plenitude da liberdade. O trabalho e as leis são portanto, o Mal criado pela sociedade”. Já na Cerimônia do Nhemongarai, todos membros da comunidade, suas famílias, participam da cerimônia na opy’i para escutar ayvu porã dos xamoi kuery e xaryi kuery. E na Opy que acontecem os rituais. A noite todos entram na casa de reza para dançar, cantar e rezar, utilizando o petyngua. Segundo ²Darci da Silva - Karaí Nhe'ery, em sua monografia disponibilizado na internet:

[...] “É através do petyngua que o xamoi busca a conexão com Nhanderu para obter ayvu porã e também para abençoar todas as pessoas que estão no ritual. É com o petyngua que se fazem os agradecimentos do dia a dia e também para que seja abençoado o Nhemongarai, agradecendo todos os espíritos das crianças e dos adultos, que fortalecem o xamoi. A fumaça do cachimbo leva o pensamento das pessoas para yva. Quando se fuma o cachimbo tem que ter xerovia no que se deseja. Precisa enviar a fumaça do cachimbo para o céu e Nhanderu, através disso, terá acesso ao pensamento e assim se alcança a realização desses desejos. É através do petyngua que se busca o conhecimento sobre a cosmologia mbya. Dessa forma que rituais são praticados nas aldeias. Esses rituais e toda a cultura guarani estão ligados a nhande reko que nós guarani vivemos na tekoa. Todos esses conhecimentos nós adquirimos com xamoi kuery e com xaryi kuery, através dos ensinamentos na opy’i. Para agradecer a nhanderu, os sábios podem utilizar a palavra aguyjevete dentro da opy’i. Eu não posso falar aguyjevete fora da opy’i. Pode falar aguyjevete para os xamoi kuery e xaryi kuery e quando você busca algum conhecimento dentro da opy’i. Você pede a Nhanderu o fortalecimento da vida, a proteção à nossa família e então agradece com aguyjevete. A palavra que mais utilizamos é ha'evete, que significa obrigado. Se

¹ Helena Clastres; Tradução Renato Editora Brasiliense 1978

² Darci da Silva - Karaí Nhe'er - NHEMONGARAI: RITUAIS DE BATISMO MBYA GUARANI; Florianópolis 2020.

usa quando você agradece a um amigo pela bondade. Não se pode dizer ha'evete para Nhanderu, tem que dizer aguyjevete. (Silva, Darci, pag. 16 e 17).

A Comissão Guarani Yvyrupa, é uma comissão formada por lideranças indígenas e não indígenas, cujo o objetivo é levantar as demandas nas aldeias guaranis e buscar soluções, desde no âmbito do poder público, legislativo, executivo e judiciário, sejam na iniciativa privada, e ou mesmo: representações institucionais por meio de associação o Conselhos, como é o caso do CEDIND, (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro).³ Os fluxos guaranis e o movimento guarani, se articulam entre as aldeias é a intensa rede de trocas e fluxos populacionais em rede. É comum encontrar os guaranis, distribuídas por uma extensa região no sul do continente.

“As diversas terras Guarani não estão isoladas, mas interligadas por redes de parentesco e reciprocidade. Os Guarani “mantêm entre si estreitas e intensas relações políticas, matrimoniais, religiosas e econômicas. Seus moradores vivem em constantes visitas uns aos outros. A população Guarani, apesar de se fixar durante períodos de até vários anos em determinadas aldeias, circula entre diferentes áreas, e dificilmente se encontram numa família pessoas que não conheçam ou não tenham vivido em outras aldeias”.

Na primeira parte deste trabalho, fazemos breve resumo das discussões na Opy, levantadas em Conferência da Comissão Yvyrupa; Inauguração da Casa de Reza e Batismo e Nhemongarai do Milho. Na segunda parte deste trabalho, falamos de Diálogos Ancestrais, Puri, guarani e potiguara, ocasião em que a pedido de Darcy Tupã, fomos conhecer Zé Purí, Xiramoy, de grande respeitabilidade na comunidade, onde nos permitiu através de entrevista in loco, conhecer um pouco da sua cultura, saber cosmológico e ancestralidade. Na terceira parte, um resumo dos gargalhos, do trabalhos da Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos, na implantação de horta orgânica e criação de peixes. Quarto ponto o Mumbuca, que é recebido pelos cento e oitenta indígenas. E por último: Análise conclusiva com as principais propostas e demandas apresentadas a Comissão Yvyrupa, norteadoras das ações a serem materializadas com luta.

RITUAL NHEMONGARAI EM MATA VERDE BONITA

BATISMO NA OPY & COMISSÃO YVYRUPA 2 a 4/8/22

Nos dias Dois à quatro de agosto de Dois Mil e Vinte Dois, na Aldeia Mata Verde Bonita, em São José do Ibassai, Maricá, realizou-se o tradicional RITUAL NHEMONGARAI (Avxi'i) momento em que celebra-se o milho sagrado para os guaranis, e/ou ritual de batismo do milho. Em dado estante depois do almoço no primeiro dia, fomos convidados adentrar OPY (Casa de Reza), e sentarmos nas cadeiras para ouvir a Cerimônia de Abertura dos Diálogos em Conferência, Yvyrupa. Darcy Tupã, membro da Comissão Yvyrupa, abriu a solenidade Nhemongarai, convidando todas as famílias guaranis de várias aldeias presentes, lideranças indígenas (Tery) convidados, autoridades para ouvirem as lideranças. Dando início a solenidade. Convidou o Amarildo com o seu (Mbaraka) violão com afinação guarani (o violão guarani, que tem cinco cordas, porque cada corda tem seu significado); E em conjunto com o Coral guarani da aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã, para ouvirmos e cantarmos (opy'i) escutar ayvu porã dos xamoi kuery e xaryi kuery; Atrás (Nhamandu amba) altar do deus do sol, que fica na direção

³ Comissão pró-índio de São Paulo; Guarani Mbya e Tupi
AS TROCAS E FLUXOS POPULACIONAIS: O MOVIMENTO GUARANI

leste, onde nasce o sol; (Nhande kupe oeste), onde o sol se põe (nhande: nosso, kupe: costas) em homenagem (Nhanderu) nosso Pai Supremo, Deus Criador; após a pitada (Petyngua) cachimbo sagrado que traz a conexão para as falas sagradas, é utilizado nas cerimônias e também é utilizado para curar as pessoas. Logo após a saudação do Coral, foi chamada a Cacique Jurema Nunes, para a sua (Ayvu ete) fala verdadeira, que vem do nhe'e. Jurema resumiu a resistência dos guaranis em permanecer em Mata Verde Bonita, lugar que é sagrado para seu povo. Dizendo que a comunidade quer a Titulação Definitiva por parte do poder público da Aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã é o desejo de todos. Fez breve retrospecto as saída de Camboinhas pra Lá; Do manifesto assinado por todos da aldeia encaminhado as autoridades. E que esperava dos Xondaros e a Comissão Yvyrupa, DPU, DPE, CEDIND, Prefeitura de Maricá, no fortalecimento dos ideais guaranis, e consolidação de políticas públicas, nas áreas de saúde, educação, cultura, saneamento, dentro da aldeia. Agradeceu a presença de todos nos esforços da realização da cerimônia Nhemongarai; o batismo de homens e mulheres da aldeia; esperando que tudo ocorra bem por força de Nhanderu ete. Em seguida Darcy Tupã, faz breve retrospecto da chegada na aldeia Mata Verde Bonita, e a alegria de estar neste território, onde cerâmica guaranis, encontravam-se enterradas junto ao Cemitério indígena a mais de três mil anos. “Não acredito, a gente pode morar aqui; vamos construir aqui nossa aldeia? Então, Vamos fazer a reza aqui, e se os nossos ancestrais permitirem, a terra é nossa”, para alívio de todos. “Então foi assim, meia hora depois os parentes saíram correndo por todo canto e dizendo: vamos nos mudar logo pra aqui. A transição de sair de Camboinha pra cá levou um ano. Já tínhamos conseguido tombar Camboinha como área de território sagrado guarani. E no dia 19 de abril, vieram seis famílias. Em quinze minutos que estavam aqui, apareceu Juruá ai em frente, dizendo que era dono daqui. Na nossa chegada mapeamos tudo através de drones e só faltou a assinatura do prefeito de Maricá Quaqua. Em seguida nos mobilizamos para colocar luz, e assim estamos aqui a dez anos. Aqui neste lugar já temos mortos enterrados aqui. E pra nossa cultura isso é muito importante; pois, na nossa cultura, o que morre é a carne e não espírito. O nosso povo está aqui antes dos colonizadores espanhóis e portugueses. Estive na França recente e estamos em articulação de realizarmos jogos indígenas na aldeia. Soube que estavam fazendo obra em cima no território indígena, fiquei muito preocupado. A prefeitura de Maricá deu alvará para construção o Resort. Eu quero entender? Pois, passados mais dez anos aqui na aldeia; ainda não temos resolvido o problema da água. A CRFB, diz que independentemente de estar codificado, é direito da população: saúde, educação, esporte e cultura. Meu pai antes de ir para onde repousa os mostos, três dias antes, pediu para plantarmos frutas para as crianças, laranja, banana, e outras, para que em momento de crise, possamos ter autonomia alimentar. Tirar os indígenas daqui para fazer Resort para estrangeiro é besteira. Chega de promessas das autoridades dizendo que apoia a cultura, apoia a aldeia, chega”, lamentou. Luiz Pellon da UNIRIO, disse que não tem certeza, porque teria que perguntar a especialistas do Direito, se “o fato de ter plantações e edificações no território, é o suficiente para o usucapião; pois, o fato de ter mangueira produzindo na aldeia, não é o suficiente”, salientou. Toni Lotar contribuindo, argumentou que a prefeitura de Maricá, pediu a FUNAI em 2009, para fazer o estudo. “NA época a Secretaria de Direitos Humanos, Zeidan, que fez o estudo preliminar, da solução; pois temos o poio do CEDIND a própria Comissão Yvyrupa, que está através dos meios jurídicos, provocando o Judiciário para uma solução. Pois não faz sentido dez anos de promessas”, acrescentou. Darcy Tupã: “É verdade, aqui não foi invadida, foi prometida, e esse ano, é ano de

conquistas”, emendou. Em seguida passou a palavra para Miguel Veramirim. “É importante ressaltar que os nossos tiramoy, não estão mas conosco. Antigamente eles saiam por nossos territórios passando as informações, após receberem mensagens na Casa de Reza. Por isso a importância da Comissão Yvyrupa, para lutar por nossos direitos aqui. Eu não me adapto morar na cidade, meu espírito não aceita. Eu posso ter dinheiro, mas meu corpo não vai aceitar. Eu vou querer voltar pra aldeia, pois aqui está a nossa saúde. Ainda quanto eu tinha doze anos, perguntaram o que é mais importante para a aldeia, era uma maneira dos tiramoy saber a opinião dos jovens. Fiquei muito reflexivo pensando, será minha família, minha casa, meu filho, meu tio, porque todos são importantes. Depois cheguei à conclusão que era a Opy. Quem vai decidir se vamos ficar aqui é Nhanderu, pois é ele que nós dar saúde, não é dinheiro, é isso”, ponderou. Em seguida foi dada a palavra para a Defensora Pública Cristiane Xavier, agradeceu a acolhida por estar aqui na aldeia pela primeira vez. “É muito importante ouvir as falas e os lugar de falas, e que possamos refletir sobre o Brasil que não está na internet, na universidade, rodas de conversas do Juruá, e talvez seja o gargalo para não conhecermos a nossa história. Porque esse dezanove de abril que aprendemos na escola é muito simples, singular, folclórica, e que não expressa a nossas necessidades. E fico me perguntando: O que as instituições estão fazendo pra essa comunidade? Tem alguma demanda relativo a documentação, agua, e outros? Pois entendo que a questão da ancestralidade e direitos indígenas devem ser preservadas. Neste momento do senso, que vai mapear as cidades, os municípios, é um momento importante para o reconhecimento da nossa cultura. Eu trabalho com a população em situação de rua para garantias de direitos, estou aqui otimista para aprender e somar com vocês aqui na aldeia”. Em seguida, falou a Dra. Tamires da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que falou do seu entusiasmo de estar na aldeia Mata Verde Bonita, e que está atuando na área de direitos humanos, e que está aqui para lutar e apoiar todas as formas de conquistas”, ressaltou. Em seguida foi dada a palavra ao Júlio Guarani, que fez breve explanação das dificuldades das aldeias, e chamou atenção aos assassinatos no campo e aldeias. “Várias lideranças estão sendo mortas. Além disso o discurso de ódio do governo, influência a violência contra os povos indígenas. Chegamos ao absurdo de ver ao vivo até da polícia federal agir com truculência, violência, e isso preocupa. Estamos resistindo a discriminação, e continuando a luta. É difícil traduzir essa violência. Chegam até falar que os Cocas dos indígenas tem que está no museu, isso nos entristecem. Mesmo tendo royalties de petróleo em Maricá, vimos as escolas abandonadas, sem material didático, com um município rico. Nós indígenas vimos isso constantemente dentro das aldeias e é o momento da Comissão Yvyrupa, levar nossas demandas”, realçou. Com a palavra, Dra. Gabriela da Comissão Yvyrupa, fez uma avaliação das principais dificuldades enfrentadas pelas aldeias guaranis, e da importância da luta. “Começamos no Vale do Ribeira, com mais de trezentas lideranças indígenas discutindo a criação desse nome Yvyrupa, que nos liga a todo esse globo terrestre aqui na terra. É o lugar onde vivemos, te todos os lugares viventes. Criamos um CNPJ, e como estratégias: buscamos financiamentos, elaboração de projetos, contratação de profissionais que traduzam para o mundo Juruá, os direitos das terras guarani. O foco é a Defesa Territorial e Demarcar todas as Terras indígenas. Agente tem um governo que prega um discurso, dizendo que nenhum território vai ser demarcado. Agente tem na FUNAI, uma pessoa que está lá pra dificultar a reparação ou fazer garantir a Lei. A FUNAI, desmobilizou internamente os Departamentos Internos, para dificultar as Homologações de Terras Indígenas. E seu papel não está sendo cumprido, como:

identificar, delimitar, demarcar terras indígenas; Coordenar e implementar políticas voltadas a proteção dos povos indígenas isolados e recém descobertos; Elaborar ações que visem assegurar a diversidade cultural entre os diferentes grupos étnicos; conservar e recuperar as terras indígenas, no que tange à paisagem, aos ecossistemas e aos recursos naturais e monitorar as políticas que se destinam a seguridade social e a educação escolar indígena. Ou seja: Tudo isso sem andar, sem solução. Durante muitas vezes, os pareceres da FUNAI, são contra os povos indígenas. A Terra indígena do Jaraguá, estamos sendo ameaçada, pois querem fazer empreendimento imobiliário que vai impactar a vida dos povos indígenas lá. Só queremos fazer e defender os interesses que está na lei, não é benevolência, mas cumprir o que está na CRFB, artigos 231 e 232, e fazer respeitar. Aqui em Mata Verde Bonita, tem estratégias que devemos discutir internamente dentro da comunidade. Mas qualquer licença, qualquer parecer, tem que ter a consulta a comunidade. Tem que ter a consulta previa e bem estabelecida. E que esse nome Maraey, 'Terra Sem Males', é um uso improprio desse empreendimento. E mesmo sabendo que tem povos indígenas no território, não estão sendo cumprido o protocolo. Então o que exigem além do EIA, o Estudo de Impacto Ambiental, é a consulta a aldeia. Então, tem uma condicionante de consulta aos povos indígenas, porque não estão sendo levados em consideração os estudos técnicos científicos, antropológicos, geológicos, biológicos, do modo de ser indígena. Nós não queremos só Judicializar a luta. Mas enquanto assessoria jurídica aqui nessa reunião na comunidade, é pra saber o que fazer. Existem duas ações civil pública, em andamento que não fala dessa comunidade indígena. Estamos com a DPU, estabelecendo estratégias para garantir os direitos. Não estamos aqui dizendo que o empreendimento tem que sair, estamos querendo ser ouvidos e saber os quais impactos que esse empreendimento vai causar. E ai saber se terá compensação; se vamos sair, se vamos para outro lugar. Mas tem que ter amparo científico. É muito estranho vir para Mata Verde Bonita, e com uma boa relação com a prefeitura de Maricá, os órgãos responsáveis pela questão fundiária não participem. Eu não sou sozinha, é uma equipe de trabalho, administrativa que faz a comissão funcionar” ratificou. Com a palavra Toni Lotar, disse que chegou a hora da Comissão Yvyrupa, local, se articular. “Precisamos mostrar a prefeitura de Maricá, a situação real, para dotar a comunidade de autonomia alimentar. Não somos contra ninguém, a penas queremos os nossos direitos. Conquanto CEDIND, nós votamos o total apoio a permanência da comunidade Mata Verde Bonita” resumiu. Darcy Tupã, com a palavra, disse que a luta indígena é de todos os povos indígenas. As crianças aqui na aldeias são muito ligada na escola, elas gostam muito. Tem boa merenda, professores, e as crianças gostam. Eu vou em Paraty Mirim, eu vejo uma escola que foi construindo pelos mais velhos, funcionando precariamente, faltando material didático e isso me entristece. Aqui se tivermos água, teremos tudo. Eu fico muito emocionado, mais acredito que vamos conquistar muita coisa ainda”, refletiu. Em seguida foi dada a palavra a Reinaldo Potiguara, o mesmo defendeu o direito da permanência dos guaranis em Mata Verde Bonita, e a titulação em definitivo com a demarcação. “É importante ressaltar que os indígenas tem direito o direito a uma qualidade de vida satisfatório; E que as autoridades, a prefeitura de Maricá tem que se empenhar em consolidar a permanência na aldeia. É bom lembrar que os guaranis já estão aqui muito antes dos portugueses e espanhóis conquistarem esse território. E o direito a uma boa qualidade de vida está assegurado na Convenção Sobre Povos Tribais, a OIT 169, ao qual o Brasil é signatário. E o Juruá com suas leis tentam desconhecer um direito natural, que é anterior a própria constituição deste estado. Estamos falando em uma antítese, em

que se sustenta na família, nos Tiramoy, no trabalho coletivo, no respeito ao próximo, a não depredação, poluição, defesa do ecossistema equilibrado. E Isso é o DNA guarani. Essa cosmovisão guarani antecede a escrita do branco, suas leis e costumes. Como disse Pierre de Clastres, em A Sociedade Contra o Estado: A luta do povo guarani ela é natural contra o estado, porque não estamos falando de reis, imperadores, governadores, de gestão pública de estado. Mas de um estado natural, em perfeita harmonia, equilíbrio com a mãe terra. Os brancos estão preocupados no acúmulos de bens, dinheiro e poder. Os povos originários estão preocupados em ter uma vida serena, sadia, com a graça de Nhanderu. Os liberais do governo, falam em estado mínimo, que o estado não tem que ter regulação, mas é só da boca pra fora. Porém, quando estão lá, utilizam o estado para favorecerem suas empresas e seus familiares. E se tem uma Universidade, academia como diz o Juruá. Eu entendo que academia é aqui na OPY, na cada de reza. Os brancos tem muito que aprender com o modo de ser guarani. E pra mim é muito gratificante estar com os guaranis, aprender, ter a oportunidade desse momento de cura. Almoçar coletivamente, dançar, tomar chá, falar com os mais velhos. Ter a oportunidade de ter um momento de cura espiritual. com a oração do pajé; respirar o ar, andar descalço, ter uma prosa. Tudo isso pra mim, é qualidade de vida e não acumulo de bens. A nossa riqueza é nossa saúde. Não é demais pedir ajuda a prefeitura de Maricá, da sua intervenção, de seu apoio institucional. Percebemos já a presença do estado, através da Companhia de Limpeza; Dos agentes de Saúde; Profissionais de Educação; Segurança pública. Mas o que falta? Em se tratando de administração pública, falta a presença física dos órgãos ambientais, jurídicos para a consolidação do território. E a Comissão Yvyrupa, tem essa tarefa da articulação jurídico político; mas não só isso. Queremos uma troca sadia como cidadão desse país. E essa solenidade do milho; inauguração da Opy, do batismo de nossas criança, possam nos energizar, e que saiamos daqui uma pessoa muito melhor”, agradeceu. Com a palavra Dra. Cristiane Xavier da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, fez uma crítica ao imobilismo para identificar a necessidade da Aldeia Mata Verde. “Vamos saber qual as demandas: Já sabemos que a água é uma delas. Então, precisamos ver a dimensão dos fatos administrativos, sensibilizar as autoridades, para ver o resultado dessa mobilização. Não adianta eu falar várias coisas nesse mundo programático, sem ter certeza das ações concretas. Tenho que chamar o poder público municipal? Estadual? Temos projetos para buscar recursos, eu não sei? E uma vez não tendo êxito, buscar outras intervenções. A dor eu já identifiquei aqui. Uma delas é a realização da Casa de Reza. O Resort é um complicador e os problemas são diversos, são vários no estado, sabemos disso. Mas a resistência a tudo isso não tem preço, faz parte de uma consciência cidadã. Essa intervenção pra mim já está marcada como referência. Então o que precisamos: precisamos sim de instrumentos de atuação para focar me projetos viáveis nas aldeias. Eu digo: vamos avançar um passo e depois outro. Como Defensora Pública, eu gosto de realizações. Pensar em solução e é essa força da minha contribuição, sejam: com a Cacique, o poder municipal, a secretaria do Meio Ambiente, o que podemos fazer? Isso é o que meu coração está dizendo”, concluiu. Com a palavra Vandelely, da Aldeia Céu Azul de Maricá, agradeceu a Comissão Yvyrupa, e que está sendo articulado uma parceria com a prefeitura de Maricá, um lugar melhor, um espaço para nossos povo. E que um encontro como esse, traz melhorias pra nossas comunidades. Sem a garantia do espaço, do território, não se tem saúde. Essas palavras dos Tiramoy, sagrada, com união vamos trazer direitos. Está na hora de a gente se organizar, mandar ofício, bater na porta de Juruá, porque tudo tem limites. Eu fecho por aqui minha fala, e

espero que façamos a articulação com outras aldeias para consolidar nossos direitos”, sustentou. Em seguida, passou-se a Celebração de Inauguração da Casa de Reza, com cânticos de louvor a Nhanderu Ete; Os Xondaros começaram fumar o Petyngua; A pajé em momento de Cura, limpou o território com sua espiritualidade elevada. Após a oração coletiva, a limpeza da alma, podemos sair da Opy, livre, leve e solto; com a certeza de que os desafios são muitos na saúde, educação, cultura, lazer. Mas como ali também estavam os espíritos dos mortos, do saber dos Tiramoy e a fortaleza dos Xondaros (as). A porta se abriu para que saíssemos. Mas a cerimonia continuou, pois na Casa de Reza Mbya, um guerreiro fecha a porta. E só é permitido sair depois que os ancestrais autorize e que aconteceu. Depois gentilmente, fomos saindo de fininho, sem prejudicar o ambiente sagrado; com os Xondaros nos levando até o transporte com toda segurança de Nhanderu Ete.

Encontro com Zé Puri: potiguaras, guanani e puri

Darcy Tupã, falou que desejaríamos trocar uma prosa sobre a sua permanência ali na aldeia; O que prontamente houve concordância de falar conosco. Com a palavra, Darcy Tupã fez uma breve apresentação do Puri, afirmando: “Zé Purí, além de conselheiro; apoiador; construtor; mateiro; erveiro; É líder incontestado, e reconhecido pelo nosso povo guarani com uma grande liderança”. Abrindo o diálogo proposto por Darcy. Sergio Ricardo potiguara, faz breve retrospecto sobre o bioma da mata atlântica; da importância dos diálogos que estamos realizando da três etnias: potiguara; purí e guarani na aldeia Mata Verde Bonita, que em guarani: chama-se, Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã; Da importância de falarmos de cosmovisões e sensações diferentes e Legado Guarani; A herança da sabedoria guarani Mbya, na Cerimônia Nhemongaraí & Comissão Guarani Yvyrupa. Com a palavra, Darcy Tupã disse da importância de registramos esse momento de grande significado particular, pois a muito queria prestar uma homenagem a Zé Purí: “Acredito muito em Nhandearu (Deus), que nessa passagem pela terra, nos proporciona uma caminhada especial em nossas vidas”. E continua: “Conheci seu Zé Purí, através de sua filha Nama em passeio no Rio. Nos casamos, tivemos dois filhos, e com o convívio tive oportunidade de conhece-lo em MG, Sete Lagoas, um lugar conhecido como Serra do Cipó”. Segundo Darcy, a filha falava e comentava muito dele até que nos conhecemos”. Darcy descreveu Zé Puri, como uma pessoa pequena em estatura: “O legal que por ter um metro de índio, ninguém acreditava na sua capacidade como construtor; Mas, ao velo com a mão na massa, percebeu tratar-se de um excelente construtor”, adiantou. “Conheci ele construindo uma casa gigante, não acreditei que um índio tão pequeno pudesse construir aquela casa. A nossa história é assim, coisa de família, de parente. Hoje Zé Purí, faz dez anos aqui na Aldeia Mata Verde Bonita”. Com relação a lideranças respeitadas pelos guaranis do Estado do Rio de Janeiro, argumenta: “Existe dois que nós reconhecemos como ‘Xeromoy’, guerreiros: Augustinho’ (Karai Tataendy) de Araponga e Zé Puri, que hoje mora e faz parte da Aldeia Gurarani”. Para Darcy, tanto Augustinho como Zé Purí, tem muita força espiritual, conexão com a natureza; E que nos guia para bom caminho e uma vida melhor”. Com relação a Zé Purí, conta um segredo: “Desejo resolver a sua aposentadoria é meu desejo”. E continua: “Ainda não está aposentado, mas é o nosso desejo que ele tenha seus direitos garantidos para os momentos que ainda restam, tenha uma vida digna”. Narrando flechas da sua história de vida, Zé Purí, nos conta: “Eu vim de Minas Gerais, um lugar conhecido como Jaboticatubas, na ‘Serra do Cipó’, em ‘Conceição do Mato Dentro’, beirando a Serra na estrada Rio abaixo. Minha família foi

nascida e criada dentro do mato, dentro da roça. Nós roçava tudo e plantava de tudo. Tudo que plantávamos, colhíamos e guardávamos para as despesas futuras”. Essa rotina, fazíamos todos os anos. Meu avô tinha 50 alqueires de Mato que deixou para os filhos. Ele não deixava agente destruir o mato. Ele dizia: “Está vendo aquela varinha ali” descrevendo. “Daqui a dez anos ela plantada, é uma peça para fazer uma casa. Se você cortar, o que você vai ter no futuro? Ele dizia: deixa o mato crescer”, não corta o mato”. Dentro da nossa terra, tinha um correguinho que me chamava atenção, disse: “Você não está vendo agente buscar aquela agua quando o rio enche? Aquela agua limpinha que bebemos”, indagou? Esclarecendo: “Aquele córrego depois de três dias, você verificou que a agua abaixo, no fundo está limpa? Você percebeu que o lixo se acumula embaixo, e em cima está limpo? Não é assim em uma lata d’água, descreve? E continua descrevendo a fala do seu pai: “É por isso que não se pode cortar nada, senão não vamos ter agua quando precisarmos”, resmungava. “Assim, nós fomos criados: bebendo remédio do mato com casca de raiz, sementes e folhas.

Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos

A criação da Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos, Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar no Estado do Rio de Janeiro, foi criada pela (DPE-RJ – NUCORA/ Núcleo de Combate ao Racismo e à Discriminação Étnico-Racial) em Novembro de 2021, em novembro de 2021, com o objetivo inicial acompanhar e fiscalizar o cumprimento das Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, que estabeleceu os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além de determinar ao poder público a responsabilidade legal de implantar estas políticas; assim como da Lei Federal no. 11.947/2009 que instituiu o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e determina a obrigatoriedade ao poder público de adquirir pelo menos 30% (trinta por cento) da produção agrícola feita nas aldeias, para destiná-los para o consumo nas escolas indígenas existentes em algumas comunidades. Segundo Sergio Ricardo Verde - Mestrando do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, do Instituto de Florestas, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPDS/IF/UFRRJ):

[...] “Em Maricá, outro fator gerador de problemas relativos à saúde mental e de adoecimento da comunidade, em especial os idosos e crianças, está relacionado diretamente ao absurdo e ilegal impedimento/obstáculo ao “direito de plantar” os alimentos a serem consumidos diariamente pelos moradores da Aldeia Mata Verde Bonita (em função do antigo conflito fundiário com o mega empreendimento imobiliário proprietário do projeto de resort espanhol IDB Brasil e a prefeitura local, conhecido imbróglio político-jurídico que já se arrasta há mais de uma década enquanto os indígenas passam privações no que tange aos direitos à alimentação e nutrição saudável!) denominado resort “MARAHEY GOLF” que ameaça destruir a APA (Área Proteção Ambiental) da restinga de Maricá. Há 10 anos há um diálogo da comunidade com a prefeitura, com muitas idas e vindas neste período, sem dispor, até o momento, de uma solução definitiva quanto à demarcação da terra indígena. Já a Aldeia Ara Howy, em Itaipuaçu, também está impedida de exercer seu ente “direito de plantar” alimentos em função da presença territorial da aldeia dentro de um pequeno trecho (área) dentro dos limites do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PEST), criado pela Lei Estadual 1 901/1991. Há anos há promessas do município para “transferência” deste aldeamento para um outro local no município”.

O CEDIND, Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, através da Comissão Setorial de Escola Indígena Alimentos; Grupo de trabalho na Segurança alimentar nas aldeias

indígenas do Estado do Rio de Janeiro; tem feito diversas reuniões a fim de garantir a alimentação saudável e de qualidade nas Aldeias de Paraty, Angra e Maricá, através da produção de alimentos na própria aldeia e fomento à aquisição, pelo poder público, dos insumos produzidos; Com base na vigência da Lei Federal no 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Segundo o que preceitua a Lei: O objetivo é "assegurar o direito humano à alimentação adequada" e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN; dos Direitos sociais, culturais e territoriais assegurados aos Povos Indígenas previstos na CF de 1988 e assegurados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no que diz respeito à consulta prévia, livre e informada em relação à adoção de Políticas Públicas junto aos territórios historicamente ocupados pelos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)". A comissão apontou a necessidade do respeito às comunidades tradicionais: orientadas pela prévia escuta e diálogo com estas comunidades, pelo respeito à sua cosmovisão ancestral e às características socioculturais e étnicas que regem o modo de reprodução da vida e a alimentação destes grupos sociais e de sua relação com a Natureza, assim como consideramos relevante preservar e manter a tradicionalidade das práticas oriundas da agricultura indígena e a conservação ambiental dos territórios. Dentre as prioridades aprovadas na reunião, destacou-se a necessidade da Capacitação dos Aldeados para os cursos: sistemas agroflorestais; piscicultura; criação de suínos e bovinos; e auxílio à comunidade para implementação: Horta orgânica ou agroecológica; Horta medicinal a partir das plantas ou ervas de cura já tradicionalmente utilizada pelos indígenas; Pomar de frutíferas (inclusive de espécies do bioma Mata Atlântica associados a sistemas agroflorestais); Plantio de subsistência (aipim, feijão, milho, abóbora, etc); Galinheiro caipira; Tanque de piscicultura; Chiqueiro. E para materializar os objetivos: foram encaminhados Ofícios para “EMBRAPA; EMATER; FIPERJ; SECRETARIAS MUNICIPAIS (ANGRA, PARATY E MARICÁ) DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA; SESAI e a FUNAI, para reunião online com os Conselheiros do CEDIND, no dia 29/03/22, para uma nova reunião com O NUCORA - NÚCLEO DE COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Na reunião do dia 29/03/22 a reunião apontou para os parceiros previamente convidados: para que apontassem como efetivamente podiam ajudar no apoio à implantação da Segurança Alimentar nas Aldeias. Todas as instituições se comprometeram a apoiar inicialmente em Maricá, já que a prefeitura local, está entusiasta em apoiar com equipamentos: trator para arar a terra; um agrônomo para o estudo do solo; doação de sementes; entrega de água potável em carro pipas; dessalinização ou filtragem da água de poços artesianos; capacitação técnica dos indígenas; A criação de Horta orgânica; Pomar de frutíferas (inclusive com espécies nativas da mata atlântica; Plantio de subsistência (aipim, feijão, milho, abóbora, etc); Construção de galinheiro caipira; Implantação de tanque de piscicultura, alevinos e ração; Implantação de chiqueiro para criação de suínos; Insumos tais como sementes, mudas, alevinos e outros necessários à execução do projeto. Segundo o indigenista Toni Lotar, a prefeitura de Maricá está escolhendo novo território para consolidação das duas aldeias: ‘Tekoa Ka’ Aguy Ovy Porã’ e Ara Hovy (Itapuçu). Segundo ele: “Com relação à aldeia Mata Verde não existe um processo de expulsão. O que ocorre é uma oportunidade da prefeitura com o empreendimento de adquirir outra área consentida pela comunidade como melhor do que a área atual, tendo o compromisso de transformar em uma área indígena que se torne terra pública em Maricá”. Com relação a Aldeia Ara Rovy, O ambientalista Sérgio Ricardo Verde do Grumim, apontou:

“A comunidade tem atualmente cerca de 9 famílias e 34 pessoas que variam de 0 a 13 anos, sendo 4 bebês; Falta água para consumo no local; Não há saneamento básico; A prefeitura embora disponibilize caminhão pipa, o volume é insuficiente para as famílias; As caixas d’água tem capacidade para 8 mil litros, e elas estão descobertas (apesar de terem tampas), com matéria orgânica no fundo; Na escola na Aldeia a água não é adequada; A problemas de coleta de Lixo; e por último: A comunidade espera um novo em acordo com a prefeitura de Maricá, local onde possa planar e colher alimentos sem veneno”.

No presente a aldeia Aldeia Ara Rovy, conhecida como Céu Azul, está em entendimento com a prefeitura de Maricá, para mudar para um novo espaço conhecida como “fazenda pública” ainda em estudo para mudança para o novo território, e assim poder plantar e cultivar os próprios alimentos. Em Mata Verde Bonita, podemos ver atualmente muitos progressos relativos ao plantio de mudas de alimentos, como: milho, aipim, batata doce, tomate, e já colhem bananas e outros frutos. Isso se deve por maior apoio institucional da prefeitura de Maricá.

No **Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas (07/02/ 22)**. A Coordenadoria de Assuntos Indígenas, ligada à Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher. Atua na elaboração e execução de políticas públicas que garantam os direitos sociais para o desenvolvimento social da cidade e a ampliação da participação popular no processo de decisão dos rumos do município.

[...] “O intercâmbio cultural é um grande ganho para o nosso município. As aldeias recebem a visita do corpo docente de outras unidades escolares da rede pública. Nossa concepção pedagógica vê o conhecimento das tradições como ferramenta de respeito à cultura indígena e de ampliação da visão de mundo. São ações como esta que fazem de Maricá uma cidade cada dia mais plural, de todas as raças e cores, contribuindo para uma educação com mais saberes e sabores”. Com relação a Luta dos Povos Indígenas ele ser dar através das ações especiais da Coordenadoria de Assuntos Indígenas, ligada à Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher. A Secretaria atua na elaboração e execução de políticas públicas que garantam os direitos sociais para o desenvolvimento social da cidade e a ampliação da participação popular no processo de decisão dos rumos do município”.

Em relação a **Educação e Escola**: a [Secretaria de Educação de Maricá](#) reforçou seu compromisso com os direitos humanos. Segundo nota no [facebook](#); existem duas unidades de ensino indígenas: a Guarani Para Poti Nhe e Já, uma em São José de Imbassaí, e outra Kyringue Arandua, em Itaipuaçu. Instituições onde os conhecimentos são construídos através do ensino bilíngue Português-Guarani, e atividades pedagógicas específicas envolvem a partilha e valorização da cultura de seu povo. A Secretária Municipal de Educação, Adriana Costa, assegurou que a educação intercultural e multilíngue é parte da política municipal de educação indígena, pautada no respeito à experiência e aos saberes desses povos:

[...] “Comemorado pela garotada, o início das aulas em Maricá tem um sabor muito especial também para um grupo de estudantes ávidos por conhecimento e integração. Localizadas dentro de aldeias em Maricá, Para Poti Nhe e Já (em São José do Imbassaí) e Kyringue Arandua (Itaipuaçu) são duas das 2.765 escolas indígenas existentes no país, segundo o Censo Escolar Brasileiro de 2010. Nelas, 28 alunos – entre crianças e pré-adolescentes – matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I da rede municipal recebem o ensino bilíngue Português-Guarani, além de participarem de atividades pedagógicas específicas relacionadas à cultura de seu povo”. [...] “Convidada este ano para dar suporte à coordenação pedagógica de ambas as unidades, Carolina Potiguara é graduada em História pela UFF, mestranda em Línguas Indígenas pela UFRJ e trabalha com Educação Indígena desde 2006, inclusive realizando eventos

culturais e educativos com contação de histórias e palestras. “Os índios contemporâneos precisam conservar suas raízes culturais e se conectar aos costumes do contexto urbano em que estão inseridos”, justifica ela, que é remanescente da etnia Potiguar em Niterói e participa de associações de educadores indígenas e militantes na preservação de patrimônios materiais e imateriais, organizando projetos e feiras temáticas pelo estado do Rio. “Para a manutenção da cultura indígena deve haver atendimento especializado nos anos iniciais, preparando-os para continuarem os estudos se assim desejarem. A minha convivência com os moradores da aldeia me fez perceber que a manutenção da tradição para eles é muito importante”, conta

Saneamento Básico, a prefeitura de Maricá através da empresa (Sanemar), cadastrou 180 indígenas da aldeia para implantação do saneamento básico – por meio da construção de fossas sépticas com sumidouro – e água potável, com o fornecimento periódico por meio de caminhão-pipa. [Segundo a prefeitura de Maricá](#) em outubro de 22:

[...] “Com o objetivo de levar soluções de manutenção e adequação de esgotamento sanitário à aldeia indígena Mata Verde Bonita (Ka’aguy Hovy Porã), em São José do Imbassaí, a Companhia de Saneamento de Maricá (Sanemar) realizou na quinta-feira (20/10) o cadastro das 40 famílias presentes na área de preservação em seu programa social Sanear Maricá. Segundo Roberta Cardoso, diretora técnica operacional da companhia, o objetivo é atender os mais de 180 indígenas da aldeia com saneamento básico – por meio da construção de fossas sépticas com sumidouro – e água potável, com o fornecimento periódico por meio de caminhão-pipa. “Criamos os programas Sanear + Esgoto e Sanear + Água para atender famílias em situações de vulnerabilidade, como é o caso dessas pessoas. A ideia é levar qualidade de vida para os indígenas do nosso município, mas temos o cuidado de ajudar a preservar a cultura local. Vamos atuar inclusive buscando soluções junto a outros órgãos quando necessárias”, explicou Roberta. A cacique Jurema Nunes comemorou a chegada da equipe da Sanemar à aldeia. [...] “Estamos muito felizes porque precisamos muito desses serviços. Moramos aqui há dez anos e aos poucos nossas necessidades estão sendo atendidas. Soluções para nossa carência de saneamento básico e água potável são bem-vindos”, afirmou ela. “Criamos os programas Sanear + Esgoto e Sanear + Água para atender famílias em situações de vulnerabilidade, como é o caso dessas pessoas. A ideia é levar qualidade de vida para os indígenas do nosso município, mas temos o cuidado de ajudar a preservar a cultura local. Vamos atuar inclusive buscando soluções junto a outros órgãos quando necessárias”, explicou Roberta. Helen Silvia Ribeiro de Azevedo, gerente de Diversidade e Inclusão Educacional da Secretaria de Educação de Maricá, diz que o modelo de ensino inclusivo indígena da Prefeitura de Maricá não é inspirado em nenhum outro município, seguindo apenas as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para estes casos. “Fazemos tentativas, corrigindo erros e perpetuando acertos. Assim atendemos a esta parcela pequena, porém significativa de nossa sociedade”, afirma. Existem espalhados pelo estado do Rio de Janeiro migrantes das tribos guajajaras do Maranhão, puri de Minas Gerais, caingangue da região sul do país, potiguaras da Paraíba, fulni-ô de Pernambuco, apurinã do Amazonas, entre muitos outros”.

A Mumbuca é uma moeda social da prefeitura de Maricá, de circulação no município, assegurando suporte econômico à população que mais precisa, e tornando-se o mecanismo de transformação social na cidade. Segundo a reportagem publicada em [redes sócias](#): Entre o início de 2018 e setembro de 2021, 2 bilhões de reais circularam em Maricá com o uso da Mumbuca – número que comprova o impacto econômico da moeda. Além disso, nos últimos quatro anos, mais de 687 mil reais em mumbuca foram entregues à população pelos programas sociais da prefeitura, projetos que se intensificaram para combater os efeitos da pandemia da Covid-19. E agora em dezembro de 22 completou oito anos. No jornal Maricá de podemos observar algumas informações a respeito da [Mumbuca](#):

“No dia da inauguração, o Banco Mumbuca tinha apenas 40 contas abertas. Cada conta recebia R\$ 80,00, totalizando apenas R\$ 3.200,00 consumidos no comércio local por mês. Passados oito anos, o Banco Mumbuca tem 65.376 contas abertas (em que 90% são de mulheres), e são realizadas 19 milhões de compras por mês nos comércios de Maricá através da moeda social, um marco”, afirmou. **Na pandemia, benefício foi salva-vidas** Beneficiada pelo PAT, Angela Oliveira mostra

o impacto do crédito financeiro em mumbucas durante a pandemia da Covid-19. “Sou cuidadora de idosos e fiquei desempregada ainda no início da pandemia. O PAT surgiu em um momento que realmente precisava, ajudando nas minhas compras do mês e no pagamento de contas essenciais, como a de luz. Hoje consegui outro trabalho, mas esse benefício foi essencial para manter toda a minha família”, ressaltou. **Banco Mumbuca oferece linhas de crédito à população** Além dos benefícios sociais pagos em mumbucas, o Banco Mumbuca (instituição que gerencia a Moeda Social) disponibiliza diversas linhas de crédito a grupos coletivos de maricaenses. O Mumbucard oferece crédito financeiro a juros zero a empreendedores formais e informais; o Casa Melhor direciona uma linha de crédito sem juros para reformas de moradias; e outras linhas de crédito foram criadas para auxiliar profissionais de diversas áreas. **Mumbuca inspira a criação de outras moedas sociais** Em outubro de 2021, foi lançada a moeda social de Cabo Frio, a Itajuru, inspirada no modelo de sucesso da Moeda Mumbuca. O município de Niterói, vizinho a Maricá, lançou a Moeda Social Arariboia neste mês, também tendo como referência a Mumbuca. A política adotada pelas cidades simboliza a integração para a melhoria das condições de diversas famílias. **Beneficiários da moeda social terão gratuidade nas vans municipais** A Prefeitura de Maricá iniciou em novembro o processo de implantação do Mumbuca Transporte, programa que irá garantir a toda população viagens gratuitas nas vans municipais, por meio de cartões do sistema RioCard Mais. A previsão é que os os beneficiários do RBC façam parte dos primeiros cadastros do novo benefício e possam ter acesso ao cartão em 2022. **Moeda social é destaque pelo mundo.** Em 2017, a Moeda Social de Maricá foi destaque em publicações da revista britânica The Economist e da agência espanhola EFE (conteúdo publicado em 19 países de língua hispânica), da Agência France Presse – uma das maiores do mundo no setor, entre outros. Em 2021, a economia circular de Maricá e a experiência da cidade como única do país a pôr em prática o RBC – vide relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – ganhou as páginas de O Globo, Correio da Manhã e Estado de São Paulo, com artigos assinados pelo prefeito Fabiano Horta. Artigos semelhantes foram publicados no jornal Meio Norte (Teresina – Piauí), Gazeta do Povo (Paraná) e jornal Folha de Boa Vista (Roraima)”.

Analise Conclusiva

A Tekoa aldeia *Ka'Aguy Hovy Porã*, ‘Aldeia Mata Verde Bonita’, está localizada em uma área de Proteção Ambiental, em São José de Imbassaí, fica no município de Maricá. Segundo a pajé Lidia Nunes, a Aldeia Mata Verde Bonita ou, *Ka'Aguy Hovy Porã*, é a nova “Terra Sem Males”, Segundo suas palavras: “Aqui é um bom viver, criar os netos, plantar, colher e semear a vida”. Segundo estudos antropológicos de Pablo Antunha Barbosa e Tônico Benites, 2009, a respeito de Mata Verde Bonita:

“É Aldeia da Bela Floresta Verde” devido ao mato existente no “Morro do Mololó” e de que todos gostaram muito. Segundo Lídia, as coisas vão ficar muito melhor agora, pois, todos poderão ter sua casa e sua roça. Dizem que ao caminhar pela área, mesmo se ainda não conheceram tudo, encontraram muitos remédios, plantas, frutas e que seguramente encontrarão mais coisas. Comentaram também que o lugar é bom porque tem muitas árvores e porque avistaram os rastros de alguns bichos. Sobre a mata existente no Morro do Mololó, dizem que só vão “usar mesmo para material. Não falta lenha no local. Tem muita lenha e não precisará cortar árvores”

O Local hoje, segundo a Cacique Jurema, tem consenso de todo grupo Mbya, conforme abaixo assinado entregue as autoridades:

“Alguns fatores importantes influenciaram a decisão de cada, e levando em consideração a área, terra boa para o plantio, a escola, a nossa casa de reza, a oca de artesanato, as moradias que todos tem, e os que não tem, está em processo final, decidirem ficar no local. E mais importante que foi levado em conta na hora da decisão é que temos o nosso cemitério, que além de ser muito sagrado; Sair das terras atuais significaria remover nossos entes queridos do seu descanso e reviver toda a dor da perda novamente. Então com base em tudo que dissemos nesses dez anos, de nossas vidas, onde tivemos perdas e nascimentos, permanecemos aqui”.

Para Darcy Tupã, estamos tratando de Cemitério indígena cuja a presença guarani consta a mais de três mil anos. E que o convite para permanência ali foi feito pelo Ex prefeito de Maricá, Quaqua, e que a Ex Secretaria de Direitos Humanos Zaidam, inclusive solicitou estudos a FUNAI, para a materialização da Aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã. Passados dez anos no local, entre idas e vindas com a administração municipal, falta o Documento comprobatório e definitivo da Titularidade da Terra. Neste sentido, com a Criação da Comissão Yvyrupa, e definições propostas pela comuna guarani Mbya, foram apontados diversas soluções, a começar: 1- Titulação da Terra Onde Encontrasse Aldeia Mata Verde Bonita; 2 -Regularidade da Agua, pois agua recebida em carro pipa, é pouca para todas as famílias; 3- Construção de Escola descente e Contratação de professores para o ensino guarani e português; 4-Saneamento básico na aldeia, pois o que existe são foças; 5- Mudas para os plantios de sementes de frutas; 6 - Criação de um Aquífero para peixes; 7- Reflorestamento; 8- Contratação de Médicos e Enfermeiros para o posto de Saúde Comunitário; 9 -Segurança ao Entorno da Aldeia; 10-Proteção da APA, Restinga de Maricá; 11- Mudança da Aldeia Céu Azul, para fazenda com infraestrutura adequada; 12 - Ecoturismo em visitas guiadas para venda do artesanato;13- Coleta de plantas medicinais da APA, para preservação e utilidade; 14 - Cogestão de vendas futuras de produção local de alimentos, com apoio do poder público; 15-Judicialização de Demandas da Comunidade junto ao poder judiciário;16- área de lazer para as atividades esportivas; 17- Parceria público privada para melhorias viárias do local. Segundo Darcy Tupã, as coisas melhoraram muito nesses dez anos, mas ainda falta muita coisa. Em particular disse Tupã: “Gostaria de cumprir o desejo de meu pai, que ao sair ao encontro de Nhanderu, pediu para que plantássemos bananeiras e outras frutas para a autossuficiência da aldeia em momentos de crise, e sublinhou: “Esse é o meu sonho”, completou. “Os guaranis sabem que viver na terra é um desafio diário, pois, doenças, mortes, violências e destruição, é uma constante. Daí a importância de estar com o coração aberto a Nhanderu Etê; Ouvir os Xeromõy, os mais velhos, pois deles herdamos a educação que é passado de pai pra filho, neto, bisneto, tataraneto, em cadeia para as novas e futuras gerações”. Muita coisa mudou para a nossa comunidade diz Darcy, pois hoje é possível contar com a ajuda da prefeitura de Maricá, para a escola e creche da aldeia; na capina do mato; do saneamento básico que estão construindo pela companhia de Saneamento (Semear) com a doação de caixas de água potável para o abastecimentos das quarenta casas, creche e escola da aldeia. Através da construção de fossas sépticas com sumidouro, a comunidade tem o fornecimento periódico de água potável por meio de caminhão pipa para o atendimento de 180 indígenas residentes. Segundo o que noticiou a [imprensa](#), tanto a prefeitura como os indígenas ficaram muitos satisfeitos pela iniciativa: “Estamos muito felizes porque precisamos muito desses serviços; hoje é um pouco diferente quando chegamos aqui, diz Darcy Turpã: “pois no início não se podia fazer nada por estarmos aqui sem a legalização. Agora que completamos dez anos, aos poucos nossas necessidades estão sendo atendidas. Outra questão central, diz Miguel Veramirim: “é poder empregar indígenas da comunidade para trabalhar em parceria com a prefeitura de Maricá no posto de saúde e a escola da comunidade”. Com relação ao Bolsa Família: nem todos recebem, diz Iracema que trabalha no posto de saúde da comunidade. “Mas alguns que recebem tem uma ajuda importante para a manutenção da família, que contam também com a ajuda de 300 reais da Mumbuca”. Além disso diz Darcy: “Estou indo a Brasília representar os caciques do Rio, como representante da comissão Yvyrupa; a nossa pauta com os Ministros do Supremo Tribunal Federal e com o Ministério dos Povos Indígenas, é a dos [13 territórios já demarcados](#) que aguardam apenas a assinatura presidencial, são elas:

[...] “TI Aldeia Velha, **pertencente ao povo** Pataxó, **em** Porto Seguro, Bahia; TI Kariri-Xocó, **do povo** Kariri Xocó, **no município de** São Brás, Alagoas; TI Potiguara de Monte, **do povo** Potiguara, **em** Marcação, **na** Paraíba; TI Xukuru-Kariri, **do povo** homônimo, **no município de** Palmeiras dos Índios, Alagoas; TI de Tremembé da Barra do Mundaú, **do povo** Tremembé, **em** Itapipoca, **no** Ceará; TI Morro dos Cavalos, **do povo** guarani, **em** Palhoça, **em** Santa Catarina; TI Rio dos Índios, **do povo** Kaingang, **em** Vicente Dutra, **no** Rio Grande do Sul; TI Toldo Imbu, **povo** Kaingang, **no município de** Abelardo Luz, **em** Santa Catarina; TI de Cacique Fontoura, Karajá, **município de** Luciara, **em** São Félix do Araguaia, **no** Mato Grosso; TI Arara do Rio Amônia, **do povo** Arara, **do município de** Marechal Thaumaturgo, **no** Acre; TI Rio Gregório, **da etnia** Katukina, **em** Tarauacá, **no** Acre; TI Uneiuxi, **do povo** Nadahup, **em** Santa Isabel do Rio Negro, **no** Amazonas; TI Acapuri de Cima, **do povo** Kokama, **no município de** Fonte Boa, **no** Amazonas”.

Outra articulação diz respeito ao Marco Temporal que será votado pelos ministros do STF. Segundo Darcy Tupã, aqui no Rio de Janeiro, nós temos aldeias guarani, purí e pataxó, que lutam pela demarcação. Em Rio Pequeno, as lideranças estão sendo perseguidas pela prefeitura e empresários que são contra a delimitação da aldeia que já foi feita. As lideranças aguardam o desfecho do processo que está no STF. O que diz o Marco Temporal:

[...] “O Marco Temporal é uma tese jurídica que busca estabelecer uma data a partir de quando um território pode ser considerado uma Terra Indígena – 5 de outubro de 1988, dia da promulgação da Constituição Federal. [Diversos juristas, lideranças e ativistas consideram essa ideia inconstitucional](#). Primeiro, porque a Carta Magna de 1988, em seu artigo 231, fala nos “direitos originários” dos povos indígenas; ou seja, seus direitos são anteriores à própria formação do Brasil e não tem data para começar a valer ou expirar”.

Concluído a conquista da ‘Terra Sem Males’, nas palavras de Zé Purí o mesmo comentou: “Veja a minha neta ali, só anda, pisa no chão descalço... é assim que como me sinto, livre”. Muita coisa hoje na aldeia se planta e se colhe, como: milho, tomate, cebolinha, aimpim, batata doce, dentre outros. Tem um rio que passa na aldeia onde os guaranis pegam Tilápia em abundância para o sustento de suas famílias. É possível hoje com parceria com a prefeitura de Maricá, a articulação de festivais de músicas, olimpíadas e o fortalecimento ao turismo em Mata Verde Bonita. O que é bom para todos. Finalizando nas palavras de Darcy Tupã: “O sonho de meu pai ‘Pedro Oliveira’, está acontecendo, pois hoje podemos dizer que por outros meios, que nós temos alimentos para toda aldeia. Hoje plantamos frutas, legumes, ervas medicinais que já usufruímos: as crianças estudam na creche e na escola comunitária com apoio da prefeitura... O seu sonho virou realidade”, finalizou.

Referências Bibliográficas

A participação dos indígenas em eleições e organicidade de estado: <https://www.aula.org.br/Editorias2023/Artigos-Cientificos/Participacao-Indigena-nas-eleicoes-2022-V2023.pdf>

A educação indígena no caminho da onça e etnocídio de estado: <https://www.aula.org.br/Editorias2023/Artigos-Cientificos/A-Educacao-Indigena-no-Caminho-da-Onca-V2023.pdf>

Entrevista Com Sidney Mintz: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 381-395, jul./dez. 2012: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Mgw5Gv46MTbypnwgrp46Dnq/?format=pdf&lang=pt>

Geertz, Clifford. 1997 (1983). Saber local. Novos Ensaios de Antropologia Interpretativa. Rio de Janeiro: Vozes. - Cap. 3: Do ponto de vista dos nativos: A natureza do entendimento antropológico. pp 85-107

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. [Revista Brasileira de Ciências Sociais. V 16, n 47, pp.31-41, 2001](#)

Maricá dá exemplo de educação inclusiva em aldeias indígenas: <https://portalantigo.marica.rj.gov.br/2018/03/14/marica-da-exemplo-de-educacao-inclusiva-em-aldeias-indigenas/>

Ministério dos Povos Originários, Marcos Delfino Moreira: <https://www.ihu.unisinos.br/624764-ministerio-dos-povos-originarios-capaz-de-responder-as-muitas-demandas-todas-relacionadas-com-o-protagonismo-indigena-entrevista-especial-com-marco-delfino-de-almeida>

Neiburg, Federico. “Buscando a vida na economia e na etnografia”, Mana. Estudos de Antropologia Social, 28 (2), agosto, 2022. <https://www.scielo.br/j/mana/a/nGphRd7np8kjWFfgRVqRc4P/?format=pdf&lang=p>

Nhandecy no Cuidado Ancestral & Acolhimento e Cooperação de Nhanderú Etê: <https://www.aula.org.br/Editorias2023/Artigos-Cientificos/Tekoa-Ka-Aguy-Ovy-Pora-V2023-1.pdf>

Não sou índio sou guarani e a luta natural contra o estado: <https://www.aula.org.br/Editorias2023/Artigos-Cientificos/Nao-Sou-Indio-Sou-Guarani-Territorialidade-terra-e-luta-V2023.pdf>

O agora ou nunca da demarcação dos territórios indígenas no Brasil: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625373-o-agora-ou-nunca-da-demarcacao-dos-territorios-indigenas-no-brasil>

Sanemar cadastra indígenas da Aldeia Mata Verde Bonita em programa sociais: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/sanemar-cadastra-indigenas-da-aldeia-mata-verde-bonita-em-programas-sociais/>